



EDUCAÇÃO SOB CONTROLE ALGORÍTMICO: PLATAFORMIZAÇÃO, DATAFICAÇÃO E PROCESSOS ESCOLARES

Education under algorithmic control: platformization, datafication, and school processes

Educación bajo control algorítmico: plataformización, dataficación y procesos escolares

Luis Eduardo dos Santos Celente¹, Maria de Fátima Cossio²

Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas - RS, Brasil

RESUMO

O artigo analisa a expansão das parcerias público-privadas (PPPs) na educação municipal do Rio Grande do Sul, com ênfase nas ações da *Google for Education*, problematizando os processos de plataformação e dataficação dos sistemas escolares. A pesquisa deriva do projeto “Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em Educação”, desenvolvido entre 2019 e 2024 por diferentes grupos acadêmicos. Metodologicamente, combinou questionários enviados a associações e secretarias municipais, coleta manual de dados em sites institucionais, redes sociais e notícias, além da análise de licitações e contratos disponíveis no portal LicitaCon Cidadão. O corpus reunido abrange informações de 497 municípios, totalizando 1.168 registros, sendo 920 referentes a PPPs confirmadas. A partir desse conjunto, foram selecionadas para análise as parcerias envolvendo a Google, que alcançaram quinze ações em treze municípios, especialmente a partir da pandemia de Covid-19. Os resultados apontam que tais iniciativas, embora justificadas pelo discurso de inovação, modernização e manutenção das atividades educacionais durante o ensino remoto, evidenciam que a centralidade do fenômeno não reside apenas na adoção de plataformas digitais, mas nas motivações que conduziram municípios a recorrer à iniciativa privada em um contexto marcado pela plataformação, pela dataficação e por fragilidades de transparência, inserindo a educação em lógicas de controle algorítmico e gestão mercadológica, aprofundando tensões sobre autonomia pedagógica e gestão democrática. Identifica-se a necessidade de análise das razões, condições e impactos dessas parcerias, a fim de garantir que a adoção de tecnologias educacionais não comprometa os princípios públicos.

Palavras-chave: Parcerias público-privadas; Plataformação; Dataficação; *Google for Education*; Políticas educacionais.

ABSTRACT

The article analyzes the expansion of public-private partnerships (PPPs) in municipal education in Rio Grande do Sul, with emphasis on Google for Education initiatives, problematizing the processes of platformization and datafication in school systems. The research derives from the project “Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em Educação,” developed between 2019 and 2024 by different academic groups. Methodologically, it combined questionnaires sent to associations and municipal education departments, manual data collection from institutional websites, social media, and news sources, as well as the analysis of bids and contracts available on the LicitaCon Cidadão portal. The resulting corpus comprises information from 497 municipalities, totaling 1,168 records, 920 of which correspond to confirmed PPPs.

¹ Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPel), Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-5311-8403>. E-mail: luisecelente@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Professora Titular Vinculada ao Departamento de Ensino da Faculdade de Educação. Docente em cursos de Graduação/Licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação. É Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais/NEPPE/CNPQ. É integrante da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (RELAAPPE). ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-1730-6877>. E-mail: cossiofatima13@gmail.com

From this set, Google-related partnerships were selected for analysis, amounting to fifteen initiatives across thirteen municipalities, especially from the onset of the Covid-19 pandemic. The results show that although these initiatives are justified by discourses of innovation, modernization, and continuity of educational activities during remote learning, the core of the phenomenon lies not only in the adoption of digital platforms but also in the motivations that led municipalities to turn to the private sector in a context marked by platformization, datafication, and transparency shortcomings. This dynamic inserts education into logics of algorithmic control and market-oriented management, deepening tensions regarding pedagogical autonomy and democratic governance. The study identifies the need to analyze the reasons, conditions, and impacts of such partnerships to ensure that the adoption of educational technologies does not compromise public principles.

Keywords: Public-private partnerships; Platformization; Datafication; Google for Education; Educational policies.

RESUMEN

El artículo analiza la expansión de las asociaciones público-privadas (APPs) en la educación municipal de Rio Grande do Sul, con énfasis en las acciones de Google for Education, problematizando los procesos de plataformización y datificación en los sistemas escolares. La investigación deriva del proyecto “Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em Educação”, desarrollado entre 2019 y 2024 por distintos grupos académicos. Metodológicamente, combinó cuestionarios enviados a asociaciones y secretarías municipales de educación, recolección manual de datos en sitios institucionales, redes sociales y noticias, además del análisis de licitaciones y contratos disponibles en el portal LicitaCon Cidadão. El corpus resultante reúne información de 497 municipios, totalizando 1.168 registros, de los cuales 920 corresponden a APPs confirmadas. A partir de ese conjunto, se seleccionaron para el análisis las asociaciones vinculadas a Google, que totalizaron quince acciones en trece municipios, especialmente a partir de la pandemia de Covid-19. Los resultados muestran que, aunque estas iniciativas se justifican mediante discursos de innovación, modernización y continuidad de las actividades educativas durante la enseñanza remota, la centralidad del fenómeno no reside únicamente en la adopción de plataformas digitales, sino en las motivaciones que llevaron a los municipios a recurrir al sector privado en un contexto marcado por la plataformización, la datificación y fragilidades de transparencia. Esta dinámica inserta la educación en lógicas de control algorítmico y gestión mercantilizada, profundizando tensiones sobre la autonomía pedagógica y la gestión democrática. Se identifica la necesidad de analizar las razones, condiciones e impactos de estas asociaciones para garantizar que la adopción de tecnologías educativas no comprometa los principios públicos.

Palabras clave: Asociaciones público-privadas; Plataformización; Datificación; *Google for Education*; Políticas educativas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se origina a partir de dados levantados pela pesquisa denominada “Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em Educação nas escolas municipais do estado do RS”, proposta pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais da Universidade Federal de Pelotas (NEPPE/UFPel), em parceria com o Grupo de Pesquisa: Relação entre o Público e o Privado na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GPRPPE/UFRGS) e o Grupo de Estudos em Políticas Educacionais da Universidade Federal do Rio Grande (GEDUCAÇÃO/FURG).

A pesquisa, desenvolvida entre 2019 e 2024, teve o objetivo de mapear as parcerias firmadas entre os 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul com a iniciativa privada, ou o terceiro setor, a fim de compreender a adesão da educação pública à lógica mercadológica. Entende-se as parcerias público-privadas como uma forma de privatização, no quadro das relações que se aprofundam e se expandem entre os o setor público e o privado, com ou sem fins lucrativos.

Os eixos investigativos da pesquisa foram voltados para a Consultoria/assessoria em gestão, formação de professores, aquisição de materiais didáticos e/ou sistemas apostilados, bem como a compra e oferta de vagas na educação infantil. Portanto, esses foram os quatro eixos que fundamentaram a construção da pesquisa, inserindo-se, posteriormente, “outras parcerias”, pois foram identificadas ações que não se filiaram aos eixos anteriores. “Outras parcerias” referem-se a ações estabelecidas entre a iniciativa privada e o poder público que não se enquadram em nenhum dos eixos definidos e, por essa razão, não serão analisadas no escopo deste estudo. De modo geral, essas ações são destinadas a estudantes e à comunidade, abordando temas como meio-ambiente, inovação, formas de conter a agressividade (habilidades sócio-emocionais), empreendedorismo, entre outros.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) emergem no cenário das alterações do modelo capitalista neoliberal, em que conceitos e práticas alteram o papel do Estado e suas relações com o mercado e com a sociedade civil. É importante destacar que o neoliberalismo tem sofrido crises que, de acordo com Harvey (2014), são cíclicas, e, a cada crise, novas formas de organização e funcionamento do modelo são acrescidas aos princípios e lógicas anteriormente estipuladas.

O neoliberalismo eclode nos anos 1970, a partir da crise fiscal nos EUA no governo de Ronald Reagan e na Inglaterra, no governo de Margaret Thatcher. A partir deste período, observam-se alterações nos modos de produção, as formas de comercialização (globalização), o tamanho e o papel do Estado, sobretudo nas políticas sociais, acarretando a reconfiguração das sociedades em escala mundial.

Na década de 1990, verifica-se que na Inglaterra, com o governo de Tony Blair – que sucedeu o de Margaret Thatcher – ocorreram novas alterações, buscando superar o modelo neoliberal ortodoxo thatcherista e social-democrata de Bem-estar social, incorporando novos conceitos, tais como a Nova Gestão Pública (NGP), sobretudo no âmbito da Terceira Via, e de governança.

A incorporação das propostas neoliberais no Brasil é evidenciada por uma série de dispositivos legais criados a partir da reforma do Estado, notadamente pela criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado, constituído para regulamentar as mudanças que, diferente do que ocorria na Europa e nos EUA que propunham a inflexão do Estado-mínimo, por meio da Terceira Via, o governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso assume os princípios do neoliberalismo original. Em que pese não se possa afirmar que o Brasil tenha incorporado integralmente a Terceira Via, é possível reconhecer que alguns elementos desse modelo foram adotados, sobretudo no que se refere às mudanças internas do setor público e às relações do Estado com a sociedade civil.

Este estudo, por sua vez, tem um maior enfoque no dispositivo gerado a partir da legislação nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Esta lei

[...] estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e

altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014) (Brasil, 2014).

A compreensão deste momento particular do capitalismo neoliberal traz a ideia de que “a sociedade civil assume um papel importante na definição e atuação nas políticas educacionais” (Celente, 2025, p. 14). Porém, faz-se mister ressaltar que, para Gramsci (2000), a sociedade civil é situada como uma superestrutura que é composta, muito embora reconhecida a base material, também pelos aparelhos privados da hegemonia ligado à sociedade econômica de consumo. Ou seja, ainda que a ideia de uma terceira via seja sedutora por colocar a sociedade civil como centralidade de suas ideias, a representação real desta sociedade leva em consideração a existência – e relevância – dos entes privados.

Tem-se, portanto, um estado reconfigurado, onde o papel e a lógica estatal passam a ser impulsionados por uma ideia de práticas de gestão gerencialista, objetivando resultados mensuráveis tal qual empresas privadas que procuram pelo lucro. Este discurso aproxima a ideia de que o Estado é ineficiente e que, por isso, o setor privado precisa se inserir no setor público por ter a expertise necessária para diminuir os gastos da máquina pública e aumentar os resultados.

As relações de trabalho, nesse modelo de Estado orientado pela racionalidade neoliberal, são profundamente reconfiguradas, sobretudo porque o sujeito passa a se perceber como um empreendedor responsável exclusivo por seu próprio sucesso ou fracasso. Nos modelos de autogestão difundidos pelo discurso neoliberal empreendedor, a ausência de um empregador, chefe ou autoridade superior é apresentada como um privilégio desejável, consolidando a ideia de que cada indivíduo pode – e deve – ser o “próprio chefe”, livre de subordinação direta a outras pessoas. Essa aparente autonomia, intensificada com o advento dos aplicativos, configura o processo de plataformização do trabalho, no qual vínculos tradicionais são substituídos por mediações tecnológicas. Nesse contexto, Dardot e Laval (2016) destacam que os algoritmos constituem, por um lado, um elemento central dos novos mecanismos de gestão e controle; por outro, sua operação não pode ser compreendida isoladamente, devendo ser articulada aos processos de financeirização e dataficação que estruturam uma racionalidade neoliberal de caráter empreendedor.

É justamente nesse sentido que Lemos (2021) entende a dataficação como o processo pelo qual diferentes dimensões da vida são convertidas em dados digitais rastreáveis, quantificáveis e analisáveis por sistemas algorítmicos, possibilitando o monitoramento contínuo e a produção de métricas sobre comportamentos e interações cotidianas. Esses dados, contudo, não apenas representam a realidade: ao orientarem decisões, previsões e classificações, tornam-se performativos, influenciando e moldando a própria vida social. Assim, a dataficação transforma a existência em um fluxo permanente de informações que podem ser exploradas, reorganizadas e reinseridas nos circuitos de governança algorítmica, com efeitos diretos sobre a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos – e, nesse contexto, levanta questões centrais para este estudo: quais motivações levaram determinados municípios a recorrer à iniciativa privada para atender às demandas educacionais desse momento particular? Quais fatores podem

ter impulsionado a contratação de empresas privadas para viabilizar o acesso às plataformas de educação, estruturadas justamente sobre a coleta e análise de dados? Ou, ainda, teria essa contratação ocorrido de maneira mais ampla, porém sem a devida publicização, alinhando-se ao que apontam Lemos e Celente (2025) sobre os limites da transparência na divulgação de PPPs?

DELINEAMENTO METODOLÓGICO DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos metodológicos empregados para a realização da pesquisa podem ser assemelhados à proposta de Etnografia de Rede, realizada por Ball (2014) – isto é, trata-se de uma metodologia própria, criada pelos grupos envolvidos nesta pesquisa para atender às especificidades pontuais da investigação, mas com passos filiados à proposição de um estudo de caso nas redes virtuais. A fim de tornar possível a coleta de dados, foi necessário que a metodologia fosse criada simultaneamente à efetiva realização da pesquisa.

O primeiro momento da pesquisa foi desenvolvido através do envio de um formulário, hospedado em uma plataforma digital, para o e-mail institucional das vinte e sete associações municipais vinculadas à Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS). Este formulário tinha questões acerca da realidade educacional dos municípios que compunham aquela associação, contemplando dados da gestão municipal (forma de posse do cargo na secretaria de educação, por exemplo), gestão escolar (forma de posse da equipe diretiva), bem como representação da comunidade nos espaços de tomada de decisões (conselho escolar e grêmio estudantil). Além de outros dados pertinentes à gestão democrática; contava, em uma segunda parte, com questões relativas à existência ou não de parcerias público-privadas – e, se positivo, questionava os detalhes.

Frente ao ínfimo retorno de aproximadamente 15% de respondentes, sendo a totalidade dos retornos com respostas incompletas, fez-se necessária a adoção de uma segunda abordagem. Portanto, o segundo momento da pesquisa tratou-se do envio deste mesmo formulário para as secretarias municipais de educação de cada um dos 497 municípios. A fim de tornar uma mensagem impessoal, as mensagens eletrônicas foram encaminhadas através de um e-mail criado exclusivamente para a pesquisa, com a identificação dos pesquisadores. O retorno deste momento caiu para, aproximadamente, 7% da totalidade (34 municípios). Passado o período de trinta dias que havia sido dedicado à espera dos retornos, optou-se por solicitar à FAMURS que intermediasse o contato entre o questionário e os municípios. É essencial destacar, neste ponto, que os questionários tinham todos exatamente as mesmas informações e os mesmos dados. No entanto, a fim de diferenciar a origem dos dados, foram hospedados em *links* diferentes, com cabeçalhos de cores diferentes.

Após o encaminhamento da FAMURS aos municípios e decorrido o prazo de [trinta](#) dias entre o envio e a análise dos dados, observou-se um tímido crescimento de 2% – passando de 34 municípios respondentes para 46. Após análise dos dados, foi possível observar que alguns municípios que haviam respondido ao segundo questionário também responderam ao terceiro.

Frente à pouca disponibilização de dados, que tornava insustentável a realização de uma pesquisa, partiu-se para a elaboração de uma metodologia de coleta de dados de forma manual. Portanto, observando os eixos de investigação, elegeram-se descritores para a pesquisa que foi realizada nos sites das prefeituras (na aba de notícias relacionadas à educação), dos potenciais parceiros e das redes sociais indicadas como fontes de notícias nos sites institucionais. Desta forma, cada um dos pesquisadores ficou responsável por um grupo de cerca de vinte e cinco municípios para realizar a coleta de dados que havia ficado responsável – caso encontrasse alguma informação sobre PPPs naquele município, deveria salvar a notícia que falava sobre a ação no formato *.PDF* (a fim de salvar os dados em caso de exclusão da notícia) e preencher uma planilha que serviria como diário de campo. Caso não houvesse nenhuma notícia, haveria de colocar a informação “nada consta” no diário de campo.

O diário de campo, ilustrado na figura 1, foi composto por colunas com informações que serviriam para mensurar os dados, quais sejam: nome do município, informação sobre PPPs (sim ou nada consta), data da PPP, data da notícia, área da parceria, nome da instituição privada, ação, objetivo, data da ação (início e fim), recursos públicos ou contrapartida, abrangência e fontes (sendo fonte 1 o site institucional, fonte 2 o site do parceiro e fonte 3 a rede social da prefeitura).

Figura 1 - Diário de campo

	A	B	C	D	E
1	MUNICÍPIO	INFORMAÇÕES SOBRE PPPs	DATA PPP	DATA DA NOTÍCIA	ÁREA DA PARCERIA
2	Aceguá	Sim	Nada consta	14/06/2019	Oferta de vagas na educação infantil
3	Aceguá	Sim	Nada consta	17/09/2020	Formação de professores
4	Água Santa	Nada consta	Nada consta	Nada consta	Nada consta

Fonte: NEPPE (2025).

Após realizada a captação manual dos 497 municípios, chegou-se ao montante de 1.168 linhas de dados sobre parcerias, sendo 920 linhas com a informação “sim” e 248 linhas com a informação “nada consta”. Os dados foram compilados, analisados, conferidos e, posteriormente, migrados para uma plataforma de acesso público e gratuito, hospedada em um site institucional de uma universidade pública federal³.

Dentro desta referida plataforma, conforme Figura 2, é possível localizar, além dos dados das parcerias, informações acerca dos dados gerais dos municípios (população, administração, censo escolar, orçamento, PIB, Índice de Gini, IDH) e dos dados educacionais do município (IDEB, número de matrículas, número de escolas e taxa de alfabetização), sendo todos estes dados retirados do IBGE, INEP e TRE, possibilitando a exportação e o cruzamento de dados a qualquer pesquisador que o desejar.

³ Disponível em: ppp.ufpel.edu.br.

Figura 2 - Banco de dados

**Banco de Dados de Parcerias
Público-Privadas em Educação no RS**

Quem somos Mapeamento Banco de Dados Arquivos Produções Equipe Contatos

Dados Gerais Dados Educacionais Noticias

Município

Filtrar Limpar Salvar

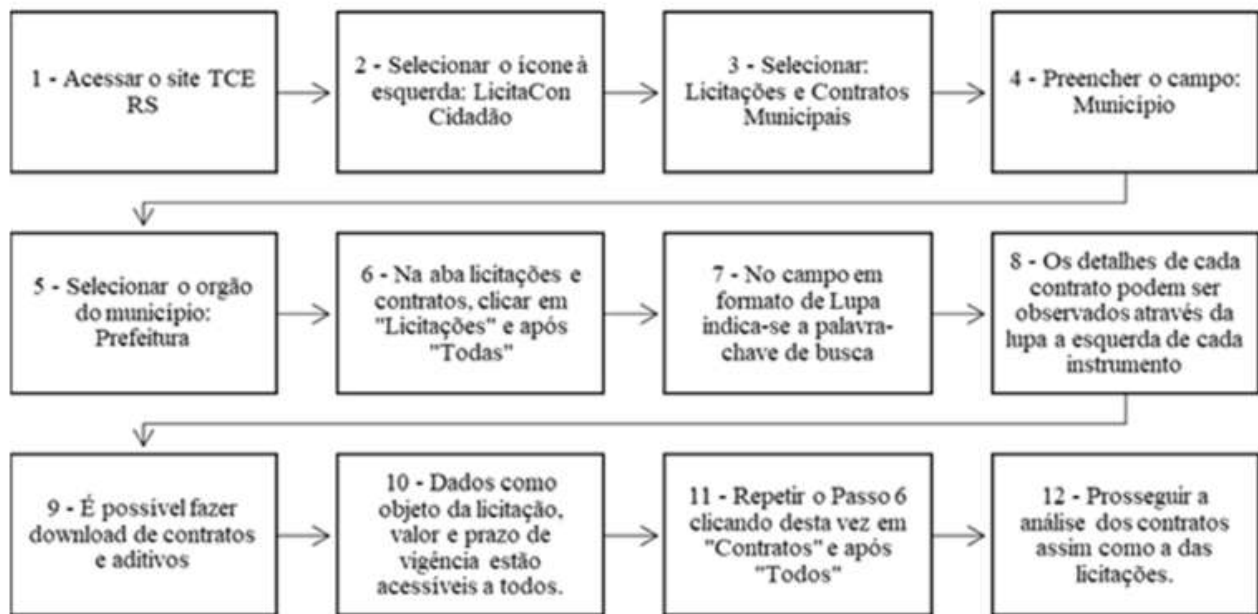
Fonte: Banco de dados, 2025. Disponível em ppp.ufpel.edu.br.

Constituiu-se, assim, o *corpus* desta pesquisa, que parte de uma análise específica de alguns dados disponibilizados. Para sua realização, seguiu-se o seguinte caminho: 1. No banco de dados, foi selecionada apenas a aba que apresentava as notícias coletadas pela pesquisa; 2. Dentre as possibilidades de cruzamento de dados, foi utilizado apenas o filtro “nome da instituição privada”; 3. Foram selecionadas apenas as pesquisas que tivessem a menção à instituição privada *Google*, independentemente do ano, município ou área de atuação. Justifica-se a escolha deste ente privado observando a incidência do parceiro com ações da *Google for Education* e sua inserção na realidade educacional do estado, além da recorrência prévia do ator em pesquisas anteriormente realizadas pelo grupo (NEPPE, 2019).

Ademais, destaca-se o uso de uma segunda fonte de dados para conferência das informações, a fim de localizar outros dados que não tenham sido divulgados pelas secretarias — seja por omissão, falta de transparência ou somente por falta de publicização das ações. Para tanto, se realizou uma análise de dados de licitações, contratos, convênios e acordos informados ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS) através da utilização do portal de transparência deste órgão, o LicitaCon Cidadão. Celente e Cóssio (2023, p. 1) ressaltam que o LicitaCon Cidadão é um “instrumento obrigatório de prestação de contas dos órgãos municipais e estaduais desde 2017 e 2018, respectivamente, quando expedida a Instrução Normativa nº 13/2017 do TCE/RS”. Para a realização da comprovação dessas notícias, em específico, seguiu-se a metodologia preconizada por Bento, Lemos e Cóssio (2021), pormenorizado neste trabalho.

Para iniciar o procedimento de identificação, procedeu-se ao acesso ao portal LicitaCon Cidadão⁴ e, no interior do sistema, selecionou-se o âmbito “municipal”, disponibilizado no menu à esquerda. Os municípios pesquisados no presente artigo foram elencados no item “Resultados e Discussão”. Assim que se obteve acesso às informações de cada município, selecionou-se o órgão “PM de ...”, considerando-se que o estudo tratou das parcerias celebradas com as prefeituras municipais e não com outros entes. Os dados foram consultados na aba “Licitações”, em conformidade com a normativa supracitada. Ao acessar a opção “todas” nessa aba, digitou-se o termo “Google” para localizar todas as informações que continham o referido termo nos contratos. O fluxograma apresentado na figura 3 elucidou o procedimento adotado.

Figura 3 - Representação gráfica do acesso às informações do LicitaCon Cidadão



Fonte: Bento, Lemos e Cossio (2021).

DELINEAMENTO METODOLÓGICO DE ANÁLISE DE DADOS

As análises foram realizadas a partir das associações da FAMURS com o maior número de ocorrências – isto é, quanto mais PPPs na associação, maior a prioridade de análise – e observando duas informações com o objetivo de identificar e inferir, dentro do contexto destes instrumentos, quais as lógicas que permeiam a ação do ente privado. As associações que tivessem o mesmo número de ocorrências foram analisadas de acordo com o número de habitantes – quanto mais populoso, maior a prioridade. O intuito de estudar estas associações foi no sentido de inferir possíveis influências das associações para os municípios que a compunham.

Já em relação às informações observadas, elenca-se, primeiramente, o número de habitantes do município e, em um segundo momento, qual o PIB daquele município. O objetivo desta análise é identificar se as PPPs são firmadas por municípios de maior ou menor porte e, por fim, de maior ou menor poder econômico.

⁴ Disponível em: <https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:1>.

Portanto, a metodologia de análise dos dados foi a analítico-descritiva, buscando descrever o fato cognoscível à luz das discussões outrora trazidas a este artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível localizar, ao empregar a metodologia descrita neste trabalho, quinze ações promovidas pelo ente privado *Google* em treze diferentes municípios, divididos em nove regiões diferentes do estado.

É importante destacar que as regiões do estado foram analisadas com o objetivo de identificar possíveis influências das associações regionais na promoção das PPPs. Contudo, após a realização das análises, não foram encontrados dados que permitissem inferir tal influência. Assim, compreende-se que os municípios atuam de forma autônoma na decisão de estabelecer essas parcerias, de modo que a separação por associações cumpre apenas a função de organizar metodologicamente os municípios ao longo do estudo.

Os municípios que compuseram o *corpus* são: Canoas, Coronel Barros, Horizontina, Ivoti, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Porto Alegre, Santo Ângelo, Taquara, Teutônia, Três Cachoeiras e Venâncio Aires.

O município de Canoas, Novo Hamburgo e Porto Alegre integram a **GRANPAL** - Associação dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, região com três ocorrências de PPPs. Lajeado e Teutônia integram a **AMVAT** - Associação dos municípios do Vale do Rio Taquari, região com duas ações em distintas cidades. Taquara, que integra a **AMPARA** - Associação dos municípios do Vale do Paranhana teve duas ocorrências – assim como Coronel Barros, que integra a **AMUPLAM** - Associação dos municípios Planalto Médio. Os demais municípios tiveram uma única ocorrência.

GRANPAL – Grande Porto Alegre

A capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, apresenta a indicação que em 2018 o número de habitantes estava próximo a um milhão e meio (1.479.101) e apresentava um PIB de R\$73.425.264,26 (2016). Canoas é a segunda cidade a ser analisada, contando com uma população de 344.957 (2018). Seu PIB em 2016 era de R\$19.528.538,26. Com uma população de 246.452 habitantes em 2018, a cidade de Novo Hamburgo estava com um PIB de R\$8.624.340,13 (2016).

A parceria firmada entre a gestão de Porto Alegre com a *Google* ocorreu em 22 de novembro de 2018 e, de acordo com Lac (2018, não paginado), tratava de um “treinamento do conjunto de quatro plataformas eletrônicas voltadas à educação que passarão a contribuir com os processos de aprendizagem na rede municipal de ensino”. Estas plataformas estavam disponibilizadas em “30 dispositivos, entre tablets e notebooks, que foram doados”. A previsão da ação era “uma conta de e-mail para todos os alunos, diretores e professores das 99 escolas da rede municipal e para cada uma das 217 escolas comunitárias” com a justificativa de eficiência. Não há nenhuma informação sobre a atividade disponível no portal LicitaCon Cidadão.

Canoas recebeu uma parceria semelhante em 25 de abril de 2019, quando foi noticiado que a *Google* estaria fazendo um diagnóstico de viabilidade da rede municipal para a implementação da plataforma *Google for Education*. A notícia ressalta que “o programa inclui uma série de soluções tecnológicas que a Prefeitura, através da Secretaria Municipal da Educação (SME), busca inserir nas escolas do município”, justificando tal ação com o propósito de “modernizar as formas de ensinar e de obter conhecimento, qualificando o ensino público na cidade” (Prefeitura Municipal de Canoas, 2019). A atividade formativa abrangeu 44 escolas municipais e traz a ideia de “um espírito de colaboração e abertura para novos conhecimentos”. Em consulta ao portal LicitaCon Cidadão, é possível identificar uma ação datada em 06 de agosto deste mesmo ano, com o propósito de contratar um profissional para “ministrar palestra explanando experiências exitosas, ferramentas e potencialidades no evento ‘*Google For Education Experience*’, que ocorreu no dia 07 de agosto de 2019 no Centro de Eventos do Park Shopping Canoas” – o Processo de Inexigibilidade 73409/2019 apresenta a realização de duas palestras, sendo uma em cada turno, no valor de R\$17.200,00. Uma segunda ação com “*Google*” foi localizada no portal do LicitaCon Cidadão datada em 19 de março de 2020, referindo-se a uma “contratação de pessoa jurídica de engenharia e/ou arquitetura para reforma de ambiente para implantação da Sala de Atividades Múltiplas - Programa *Google for Education* nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental” – o processo de adaptação das escolas para a implementação total do sistema *Google for Education* custou R\$304.275,18.

O município de Novo Hamburgo noticiou em 05 de maio de 2020 que uma parceria com a *Google*, firmada em 2018, revelou ter sido “um conjunto de soluções tecnológicas voltadas ao ambiente escolar” (Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, 2024). A ação noticiada descreve uma série de ferramentas utilizadas pelos educadores durante o período de isolamento social, utilizando-se do discurso de manutenção da “qualidade do processo de ensino e aprendizagem”. Muito embora a notícia mencione a existência de uma formação baseada em “uma série de tutoriais sobre cada um dos recursos oferecidos no *GSuite for Education*”, não há menção de nenhum parceiro responsável pela formação. Tampouco há informações sobre as PPPs no LicitaCon Cidadão.

AMVAT – Vale do Rio Taquari

O município de Lajeado contava com 82.951 habitantes em 2018 e um PIB de R\$3.499.396,18 em 2016. Teutônia, por sua vez, tinha 32.676 habitantes em 2018 e um PIB de R\$1.094.735,82 em 2016.

A notícia vinculada a Lajeado não foi divulgada diretamente pela prefeitura – é possível perceber que apenas as fontes 2 e 3 são fornecidas pelo Banco de Dados, mas nenhum dos hiperlinks é atualmente válido. Esse desencontro de informações é compreendido pelos pesquisadores como uma forma de apagamento das ações de gestores anteriores, já que ocorreu uma mudança na gestão municipal. Entretanto, é essencial destacar que a metodologia de pesquisa preconizada na criação do Banco de Dados assegurou que a notícia original fosse salva em formato *.PDF*, o que não impede a análise desta ação – que trata, basicamente, da mesma ação realizada em outros municípios, como visto anteriormente: uma

formação aos professores e funcionários da rede municipal para possibilitar o uso do *Google for Education*, realizada em 13 de fevereiro de 2020. Nenhuma informação acerca desta ação é fornecida no LicitaCon Cidadão.

Já o município de Teutônia, por sua vez, traz um ineditismo na ação: englobado no eixo de compra de material didático e/ou sistemas apostilados, trata-se da aquisição de noventa unidades de *Chromebooks* para um projeto em cinco escolas da rede, a fim de incentivar o uso da tecnologia como recurso pedagógico. A notícia, vinculada ao site institucional da prefeitura em 16 de dezembro de 2019, ressalta que esses equipamentos já operam com o sistema da *Google for Education* como configuração original e que cada um destes equipamentos teve o investimento individual de R\$1.548,50, totalizando R\$139.365,00 aos cofres públicos (Schaeffer, 2019). Essas informações, no entanto, não são apresentadas no portal LicitaCon Cidadão.

Demais municípios e associações

O município de Taquara contava, em 2018, com uma população de 57292 habitantes. O PIB em 2016 era de R\$1.277.138,34. A PM de Taquara realizou, no período da pesquisa, duas parcerias com a *Google* – ambas no período de 2018 e no eixo de formação de professores. A primeira atividade desenvolvida pelo parceiro foi o projeto *CS First*, que tinha o objetivo de disponibilizar acesso gratuito ao curso de iniciação à ciência da computação para 16 professores da rede – notícia divulgada por um blog local. A segunda atividade remete à capacitação de 40 professoras da rede, na etapa de educação infantil, para o uso dos sistemas ofertados pela *Google for Education*. Nenhuma informação relacionada à estas parcerias foi localizada no portal do LicitaCon Cidadão.

A mesma situação se aplica ao município de Coronel Barros, que firmou duas parcerias com a *Google*, mas nenhuma apresenta dados no portal de prestação de contas. Este município, com uma população de 2.518 pessoas (2018), apresentava um PIB de R\$105.046,93. As ações desenvolvidas tratavam de duas edições do Projeto Empodera, que tinha o objetivo de “oferecer formação e ferramentas aos grupos de educadores credenciados pelo Google” e “desenvolver novas competências tecnológicas dos professores municipais” – sendo ambas realizadas em 2020, com meses de diferença.

Na **AMPLA** - Associação dos municípios do Planalto, o município de Passo Fundo contava, em 2018, com 201.767 habitantes. Seu PIB era de R\$8.398.422,61 (2016). A ação, desenvolvida em 13 de julho de 2020 no eixo de aquisição de materiais didático e/ou sistemas apostilados, tratava do lançamento da plataforma *Google for Education* – no entanto, para a utilização da plataforma, foi necessária a realização de uma formação para os professores da rede. Essa formação, por sua vez, não foi noticiada, mas consta na sistema de prestação de contas LicitaCon Cidadão com o valor de R\$9.200,00. A contratada deveria ser uma “empresa especializada em implantação e formação EAD na plataforma de ferramentas Google (*G Suite for Education*)”, a fim de fornecer “formação e acompanhamento técnico-pedagógico de profissionais de TI e

professores para o uso por parte das escolas municipais da rede municipal de ensino”, conforme disposto no Processo Administrativo 2020/12738.

O município de Ivoti, com 23.880 habitantes e PIB de R\$935.962,23 (2016), ao noticiar o convênio com a *Google for Education* em 28 de abril de 2020 noticiou, simultaneamente, uma parceria com uma outra entidade privada, *GetEdu*, para promover a “formação de multiplicadores e professores, abordando metodologia, sequência didática, de modo a que os profissionais consigam planejar as atividades pedagógicas não presenciais para serem oferecidas aos alunos” (Prefeitura Municipal de Ivoti, 2020). Não foi mencionado nenhum investimento ou contrapartida, muito embora a empresa seja privada. Também não foi possível localizar informações no LicitaCon Cidadão acerca da parceria.

Por fim, o município de Horizontina, com 19.267 habitantes e PIB de R\$1.216.250,19 (2016), noticiou em 14 de maio de 2020 que o município iria fornecer formações *on-line* para “possibilitar o acesso às diferentes ferramentas tecnológicas aos professores da Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais da rede municipal” (Prefeitura Municipal de Horizontina, 2020). A ação promete trazer uma “visão inovadora”, disponibilizando uma “capacitação dos professores e agentes administrativos no uso do Programa do *Google For Education*”. Apesar de nenhum valor ser mencionado na notícia, o portal LicitaCon Cidadão apresenta outras três informações com cifras: a Ata de Registro de Preços 1/2020, que contratou uma empresa privada para fornecer “licenças de uso das ferramentas de colaboração G-Suite, da fabricante Google”, no valor de R\$178.452,00; o Processo de Inexigibilidade 81/2020, que contratou uma consultoria para capacitar professores ao uso do “programa *G-Suite for Education* que integra o programa do *Google for Education* a ser desenvolvido na secretaria municipal de educação de Horizontina”, no valor de R\$53.450,00; e, por último, o Processo de Inexigibilidade 102/2020, também para capacitar professores, no valor de R\$97.700,00.

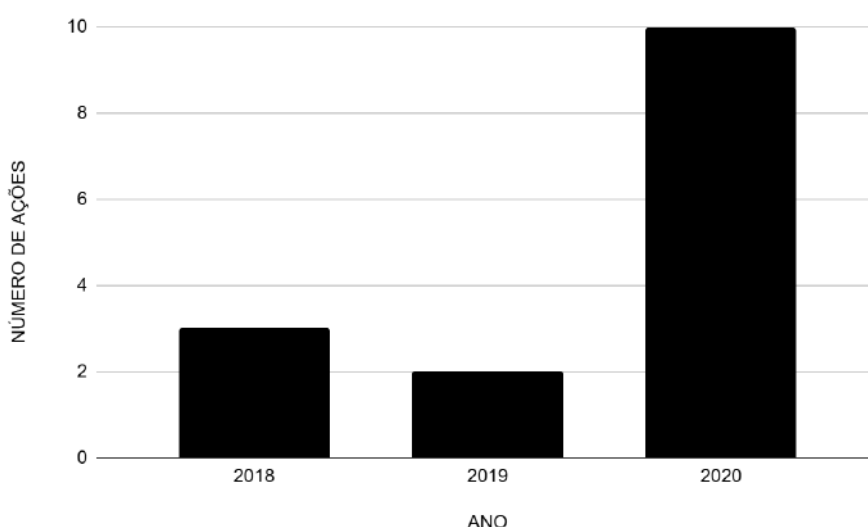
A fim de não tecer linhas a fio de análises com a mesma conclusão de formação de professores para uso das plataformas do sistema *Google for Education* e que não há nenhuma informação acerca destas ações no sistema do TCE/RS, as próximas linhas deste trabalho estão dedicadas à população e PIB dos municípios que apresentaram, como notícia, a capacitação de professores e não apresentam nada relacionado ao período com o descritor “*Google*” no LicitaCon Cidadão.

- Santo Ângelo (2020): população de 77.620; PIB de R\$2.232.018,59; integra a **AMM** - Associação dos municípios das Missões;
- Venâncio Aires (2020): população de 71.117; PIB de R\$2.774.428,49; integra a **AMVARP** - Associação dos municípios do Vale do Rio Pardo;
- Três Cachoeiras (2020): população de 10.989; PIB de R\$223.144,25; integra a **AMLINORTE** - Associação dos municípios do Litoral Norte.

Análise dos dados

Os dados aqui apresentados demonstram um crescimento no número de PPPs com a *Google* e com outros parceiros vinculados a esta marca. A inexistência de parcerias no primeiro ano da pesquisa (2017) é contrastado com um aumento de três PPPs no ano seguinte – mas, de fato, a eclosão da gigante tecnológica na educação gaúcha aconteceu após a declaração da pandemia mundial de *Sars-Cov-2*, vírus responsável por causar a doença *Covid-19*. O isolamento social, iniciado em março de 2020 no estado, pode ser considerado um dos grandes causadores do avanço das plataformizações – já que o número de parcerias em 2020 mais que triplicou, conforme a figura 4, passando para dez ocorrências, corroborando com o estudo de Nunes e Cruz Júnior (2025).

Figura 4 - Relação entre o ano e o número de parcerias



Fonte: Os autores.

Assim, com a suspensão das atividades presenciais – incluindo as aulas, o mundo inteiro precisou adaptar-se às situações de convívio através da utilização de telas, plataformas, sites e *softwares*.

Portanto, a questão central deste estudo não se trata da simples investigação de quais municípios realizaram ou não PPPs, mas compreende, na verdade, quais as possíveis motivações que levaram estes municípios, dentre todos os demais, a procurar a iniciativa privada para atender a este momento particular da realidade.

CONCLUSÕES

A intensificação das parcerias público-privadas em educação no Brasil deve ser analisada no contexto político mais amplo das últimas décadas. Após o impeachment de 2016 e o início do governo Temer marcado por políticas de austeridade, bem como a reforma do Ensino Médio e os cortes no orçamento da educação, abriram espaço para o fortalecimento de soluções empresariais, apresentadas como alternativas de modernização e eficiência. No governo Bolsonaro, essa lógica foi intensificada por

meio de iniciativas que reduziram a capacidade de investimento do Estado e incentivaram parcerias com o setor privado, inclusive no campo tecnológico. Em nível municipal, muitos gestores justificaram a adesão a plataformas como a *Google for Education* como resposta emergencial à pandemia da Covid-19, embora, na prática, essa entrada tenha representado a consolidação de relações duradouras com corporações e instituições privadas. Nesse sentido, as PPPs não surgem apenas como solução momentânea, mas como estratégia estrutural de privatização da gestão educacional.

A pesquisa realizada possibilitou evidenciar a expansão e a consolidação das parcerias público-privadas no campo educacional do Rio Grande do Sul, com destaque para as ações desenvolvidas pela *Google for Education*. O levantamento de dados revelou que, embora tais iniciativas sejam apresentadas sob a justificativa de inovação, modernização e garantia da continuidade dos processos de ensino em momentos de crise — como no contexto da pandemia de Covid-19 —, elas se inserem em um movimento mais amplo de reconfiguração da educação pública a partir de lógicas mercadológicas, levantando questões sobre os reais beneficiários das parcerias, tal como apontado por Celente (2025, p. 67) ao grafar que “essa aproximação entre o setor público e o privado na formulação e execução das políticas educacionais levanta uma série de questionamentos sobre a autonomia da gestão pública e os reais beneficiários dessas parcerias”. A plataformização e a dataficação, portanto, não se limitam ao fornecimento de ferramentas tecnológicas, mas instauram novas formas de controle e de gestão dos processos escolares, vinculadas aos interesses de grandes corporações globais.

Os dados apresentados ao longo deste artigo evidenciam que as PPPs firmadas entre municípios gaúchos e a *Google for Education* são manifestações concretas dos processos contemporâneos de plataformização da educação. Isso se verifica porque tais parcerias não se limitam ao uso pontual de tecnologias digitais, mas envolvem a incorporação estrutural de plataformas privadas na organização dos sistemas educacionais, reconfigurando rotinas pedagógicas, formas de gestão e práticas docentes. A oferta de formações, a implementação de ecossistemas digitais proprietários — isto é, aqueles sistemas digitais que não estão hospedados em provedores públicos, mas vinculados à grandes empresas de tecnologia, funcionando exclusivamente sob controle privado — e a aquisição de equipamentos vinculados aos serviços da empresa demonstram uma dependência crescente de soluções corporativas para a realização de atividades essenciais da escola pública. Desse modo, as PPPs analisadas operam como dispositivos que deslocam para agentes privados funções tradicionalmente públicas, inserindo a escola em circuitos mercadológicos que reforçam a lógica neoliberal de gestão e eficiência.

Paralelamente, essas parcerias materializam um processo intenso de dataficação da educação, na medida em que as plataformas utilizadas pelos municípios dependem da captura, quantificação e análise contínua de dados de estudantes, professores e gestores. As ferramentas ofertadas pela *Google for Education* operam a partir da coleta de informações sobre acessos, atividades, interações e produções escolares, transformando a vida educacional em um fluxo permanente de dados que pode ser processado por sistemas algorítmicos. Assim, as PPPs não apenas introduzem tecnologias digitais nas redes municipais,

mas instituem formas de controle e governança algorítmica, como descrevem Dardot e Laval (2016), reorganizando práticas pedagógicas e administrativas segundo métricas e indicadores definidos por empresas transnacionais. A ausência de transparência na publicização de contratos — revelada pela discrepância entre notícias e registros no LicitaCon Cidadão — aprofunda essas questões, indicando que a expansão da plataformização e da dataficação ocorre com reduzida participação social e limitada visibilidade pública, tornando ainda mais urgente o monitoramento crítico dessas parcerias para a defesa do caráter público e democrático da educação.

Os resultados demonstraram, ainda, a existência de fragilidades no que se refere à transparência e à publicização das parcerias, uma vez que parte significativa das ações não foi devidamente registrada nos sistemas de controle oficiais, como o LicitaCon Cidadão. Esse quadro evidencia um tensionamento entre o discurso da eficiência administrativa e os princípios da gestão democrática, já que a ausência de informações acessíveis compromete o acompanhamento social e acadêmico sobre o impacto das políticas educacionais.

Ao mesmo tempo, constatou-se que municípios de diferentes portes e capacidades econômicas aderiram às parcerias, o que indica a amplitude do fenômeno e a penetração da lógica privatizante em contextos de menor investimento público.

Em síntese, os achados permitem afirmar que a crescente inserção de sujeitos e instituições privadas na educação pública, embora frequentemente legitimada pela promessa de modernização, acarreta riscos significativos à autonomia pedagógica e à preservação do caráter público da escola. Nesse sentido, cabe ao campo acadêmico, às instâncias de controle social e às próprias comunidades escolares problematizar os limites e as implicações dessas parcerias, apontando para alternativas que assegurem a democratização do acesso às tecnologias sem que isso implique a subordinação da educação aos interesses mercadológicos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradecemos à CAPES pelo financiamento. Os autores declaram não haver qualquer potencial conflito de interesse que possa interferir na imparcialidade deste trabalho científico.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen John. **Educação global S.A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BENTO, Michele Vollrath; LEMOS, Viviane da Silva; CÓSSIO, Maria de Fátima. Licitacon cidadão como ferramenta de transparência na análise de parcerias público-privadas em educação. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 11, n. 31, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22491/2236-5907114043>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/114043/64904>. Acesso em 16 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília: Casa Civil, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 16 set. 2025.

CELENTE, Luis Eduardo dos Santos. **Parcerias público-privadas em educação**: um estudo de caso do município de Pelotas. 2025. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

CELENTE, Luis Eduardo dos Santos; CÓSSIO, Maria de Fátima. O Uso do LicitaCon Cidadão na Pesquisa em Educação. *In*: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. 25., 2023. Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: UFPEL, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2025v34n1.69150>. Disponível em https://cti.ufpel.edu.br/siiepe/arquivos/2023/CH_01458.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2000. v. 3.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LAC, Cristina. Professores têm treinamento em plataformas digitais de educação. **Educação**. 2018. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smed/noticias/professores-tem-treinamento-em-plataformas-digitais-de-educacao>. Acesso em: 17 set. 2025.

LEMOS, André. Dataficação da vida. **Civitas**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 193-202, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/civitas/a/myyQrGW4s9LnCDJDVRyyF8s/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LEMOS, Viviane da Silva; CELENTE, Luis Eduardo dos Santos. A transparência na gestão de recursos nas parcerias público-privadas em educação: o que consta no “nada consta”? *In*: SIMPÓSIOS BRASILEIROS DA ANPAE, 2025. Brasília. **Anais eletrônicos [...]**. Brasília: ANPAE, 2025. v. 3. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>. Disponível em: <https://simposiosbrasilios-anpae.com.br/SIMPOSIO/Numero3-2023/Capa3.html>. Acesso em 18 set. 2025.

NEPPE. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. **Mapeamento das parcerias público-privadas em educação nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul**. Relatório de pesquisa. 2025. Disponível em: <wp.ufpel.edu.br/neppe>. Acesso em: 13 fev. 2026.

NEPPE. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. **Redes Políticas e as Parcerias Público-Privadas no estado do RS**. Relatório de pesquisa. 2019. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/neppe/pesquisas/anteriores/pesquisas-realizadas-2016_2019/. Acesso em: 16 set. 2025.

NUNES, Geanne Xavier; CRUZ JÚNIOR, Gilson. Educação e plataformação: cenários, apropriações e embates. **Intersaberes**, Curitiba, v. 20, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22169/revint.v20.e25do104>. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2805>. Acesso em: 18 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. Google for Education: equipe de trabalho finaliza levantamento nas escolas. **Notícias**. 2019. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/google-for-education-equipe-de-trabalho-finaliza-levantamento-nas-escolas/>. Acesso em: 17 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA. Secretaria de Educação de Horizontina oportuniza capacitação para professores em atividades de ensino remoto online. **Notícias**. 2020. Disponível em: <https://horizontina.atende.net/cidadao/noticia/secretaria-de-educacao-de-horizontina-oportuniza-capacitacao-para-professores-em-atividades-de-ensino-remoto-online>. Acesso em: 17 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI. Prefeitura faz parceria com a Google for Education ampliando possibilidades de ensino e aprendizagem na Rede Municipal de Ivoti. **Educação**. 2020. Disponível em: <http://ivoti.rs.gov.br/noticia/educacao-prefeitura-faz-parceria-com-a-google-for-education-ampliando-possibilidades-de-ensino-e-aprendizagem-na-rede-municipal-de-ivoti>. Acesso em: 17 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO. Secretaria de Educação utiliza plataforma da Google no trabalho a distância. **Notícias**. 2024. Disponível em: <https://www.novohamburgo.rs.gov.br/noticia/secretaria-educacao-utiliza-plataforma-google-trabalho-distancia>. Acesso em: 17 set. 2025.

SCHAEFFER, Édson Luís. Chromebooks incrementam o processo de aprendizagem nas escolas municipais. **Notícias**. 2019. Disponível em <https://teutonia.rs.gov.br/noticia/visualizar/id/1537/?chromebooks-incrementam-o-processo-de-aprendizagem-nas-escolas-municipais.html>. Acesso em: 17 set. 2025.

Submetido: 24/09/2025

Correções: 18/11/205

Aceite Final: 10/02/2026